

# FH afirma que seus críticos estão com juízo perturbado por êxitos do Governo

Presidente diz que há cooperação e não submissão do Legislativo ao Executivo

• BRASÍLIA. Inconformado com as críticas que o Governo tem recebido do Judiciário, da CNBB e de intelectuais, o presidente Fernando Henrique Cardoso partiu ontem para a ofensiva. Apesar de não citar nominalmente o Judiciário, ele disse que o Executivo não está coagindo o Legislativo e que tudo está sendo feito em clima de harmonia. Acrescentou que seu poder é derivado do voto popular e não da coação a nenhum outro poder. O presidente foi duro e afirmou que os opositores estão "com o juízo um pouco perturbado pelos êxitos do Governo".

Na chamada "Carta de Macapá", magistrados de todo o país acusaram Fernando Henrique de concentrar o poder em suas mãos. Na quarta-feira, escolhido pelos juizes como o "Dia de Mobilização Nacional Pela Cidadania e Justiça", o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargador Paulo Medina, criticara o Governo por desvalorizar os poderes Legislativo e Judiciário, dizendo que as reformas em tramitação no Congresso têm o intuito de minimizar a importância do Judiciário.

## FH avisa: funcionalismo não vai ter aumento

Fernando Henrique também deixou claro que o Governo não vai dar aumento aos servidores públicos a curto prazo, jogando uma ducha de água fria na esperança do funcionalismo de receber os 28,86% conquistados no Supremo Tribunal Federal (STF) por 11 servidores civis. O presidente disse que, com a economia estabilizada, o Governo não precisa dar aumento a toda hora.

— Há um contexto, um rumo, uma política. Essa política está sendo, cada vez mais, configurada através de ações simultâneas do Congresso e do Executivo, em harmonia, o que não significa nem o Executivo diminuir a função do Legislativo, nem o Legislativo impedir a função do Executivo. E quando o Brasil vê que existe uma situação de harmonia, apóia. Só quem está com o juízo perturbado pelo êxito dessa cooperação pode imaginar que um avanço do Executivo sobre o Legislativo ou vice-versa. A maioria

do Legislativo apóia as decisões do Executivo porque essas decisões não são feitas na calada da noite — disse o presidente rebatendo as críticas de que o Governo estaria concentrando poder.

Para ele, o importante é o diálogo franco que estaria acontecendo. E lembrou que tem apoio popular para fazer as reformas que está pondo em prática.

— Não se trata, de forma alguma que o Executivo empurre goela abaixo do Legislativo suas propostas, porque isso não é democracia, nem é bom para o país. Está sendo aprovado um projeto comum, em que a iniciativa foi do Executivo mas que passou pelo filtro do Legislativo.

O presidente resolveu dar esse recado a seus opositores durante uma audiência aparentemente técnica, em que foi assinado o contrato para que a iniciativa privada explore a Malha Sul da Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Ao falar sobre a necessidade da re-

forma administrativa, Fernando Henrique disse que a melhoria da qualidade do serviço público e do salário dos servidores só ocorrerá com o enxugamento da máquina administrativa, o que será feito a longo prazo.

— Estamos precisando da reforma administrativa. Precisamos do apoio do Congresso para fazê-la, no que diz respeito às novas carreiras, a critérios mais modernos de gestão do pessoal, ao treinamento e à melhoria de condições de produção e também de salário do funcionalismo, que só poderá ocorrer se houver um enxugamento e, sobretudo, um aperfeiçoamento da máquina. Não pode haver aumento de salário porque o sistema econômico está estabilizado e, por isso, o Governo não tem por que estar, a toda a hora, dando aumentos indiscriminados — disse Fernando Henrique, que acrescentou:

— Tem que se fazer, sim, é o treinamento, a organização das

carreiras e se pensar a longo prazo, que é quando vamos ter efetivamente um serviço público bem pago. Bem pago não significa provocando a inflação, mas reconstruindo o Estado para que, dentro de três ou quatro anos tenhamos um serviço público já devidamente acomodado.

Ele fez questão de dizer que estava dando um recado pela imprensa, a quem elogiou.

— O presidente às vezes aproveita esses casos singelos para esclarecer a opinião pública por intermédio dessa tão vibrante imprensa, para que se saiba quais são as transformações que, com o apoio da imprensa, nós vamos implementando — disse.

## Paulo Affonso, acusado na CPI, não foi ao Planalto

Fernando Henrique falou ainda de corrupção, no momento em que a CPI dos Títulos Públicos está apontando escândalos que podem envolver governadores e prefeitos. O governador de Santa Catarina, Paulo Affonso, cujo envolvimento no caso dos títulos públicos é apontado pela CPI, foi quarta-feira a Brasília, mas ontem não esteve na solenidade da Malha Sul, que interessa a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul. Ele foi representado pelo vice-governador José Augusto Hülse, que é também secretário estadual.

— Convém ressaltar que todo esse processo que ocorre no Brasil, de transferência de responsabilidades do setor público para o privado, não significa duas coisas. Primeiro, não significa a volta de um regime de propinas, de desonestidade, de corrupção. Não houve um caso, e isso vem desde o Governo Itamar Franco, em que se possa dizer que houve suspeita. Nada. Zero. Porque o processo é transparente, são licitações públicas, editais. Tudo foi discutido com o Congresso, quando é necessário, como é o caso agora da Vale do Rio Doce. Em segundo lugar, o Estado está mudando e precisamos de um Estado ainda mais competente, que se organize para interagir com a sociedade — disse Fernando Henrique, acrescentando que a reforma do Estado é mais ampla que a reforma administrativa. ■